

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.969 - SP (2019/0005602-7)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : E A F
ADVOGADO : GUILHERME MIGUEL GANTUS E OUTRO(S) - SP153970
AGRAVADO : C R DE S
ADVOGADOS : MAURÍCIO TRALDI - SP147555
PATRICIA SAGGIORO LEAL - SP288042

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL. SOBREPARTILHA DE BENS. EXTINÇÃO DA AÇÃO EM VIRTUDE DE ACORDO CELEBRADO ENTRE AS PARTES E HOMOLOGADO POR SENTENÇA. ALEGADA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA NA HIPÓTESE. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE BENS SONEGADOS NA PARTILHA. REVISÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE NO CASO. REEXAME. SÚMULAS 5 E 7/STJ. ARGUIÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA ANTE APLICAÇÃO DAS SÚMULA 5 E 7/STJ.

AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por E. A. F. em face de decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

SOBREPARTILHA DE BENS EXTINÇÃO DA AÇÃO RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DA COISA JULGADA - ACORDO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, EM RELAÇÃO À PARTILHA E HOMOLOGADO POR SENTENÇA PROFERIDA EM AUDIÊNCIA PRETENSÃO DA AUTORA QUE DEVE SER BUSCADO PELAS VIAS PRÓPRIAS PEDIDO DE CONVERSÃO DA SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO QUE PODE SER ARGUIDO POR RECONVENÇÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO E ACOLHIMENTO DA

RECONVENÇÃO MANTIDOS RECURSO NÃO PROVIDO
(e-STJ, fl. 486).

Opostos embargos de declaração (e-STJ, fls. 493-506), os quais foram rejeitados (e-STJ, fls. 508-513).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 519-541), a recorrente aponta violação aos artigos 1022, inciso II, 373, inciso I, 489, inciso III, e 492, do Código de Processo Civil de 2015, aos artigos 315, 333, inciso I, 468 e 1040, inciso I, do Código de Processo Civil de 1973. Ainda alega ofensa ao artigo 114 do Código Civil e ao artigo 6º, § 3º, da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, bem como sustenta a divergência jurisprudencial quanto "*a sobrepartilha de bens sonegados em caso de acordo judicial homologado quando da separação judicial*" (e-STJ, fl. 536).

Sustenta, em suma, que (i) "*caso o aresto fosse declarado conforme o pleito contido nos Declaratórios, haveria de ser integrada à fundamentação os fatos necessários a uma prestação jurisdicional exauriente*" (e-STJ, fl. 525); (ii) "*houve cerceamento de defesa, uma vez que o Tribunal, sem permitir que a recorrente provasse a afirmação posta na inicial de que havia bens sonegados e que deveriam ter sido partilhados, acabou concluindo que esses bens teriam sido adquiridos antes do matrimônio ou recebidos por doação dos ascendentes*" (e-STJ, fl. 527); e (iii) "*o Tribunal julgou a lide fora do pedido por entender que se tratasse de pretensão a partilhar bens excluídos da partilha no acordo, pretensão essa que dependeria de prova de vício de consentimento*" (e-STJ, fl. 531).

Aduz ainda que (iv) "*o Tribunal acabou generalizando a restrição do direito patrimonial da recorrente, limitação essa concernente a bens adquiridos antes do matrimônio ou por doação dos pais do recorrido, alijando de possível sobrepartilha qualquer outro bem, ainda que desprovido dessas qualidades*" (e-STJ, fl. 533); e (v) "*O venerando acórdão violou ainda os artigos 468 (...) e 6º, §3º, da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, por estender o alcance da coisa julgada*" (e-STJ, fl. 534).

Superior Tribunal de Justiça

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 576-610).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ, fls. 616-618), o que ensejou a interposição do presente agravo.

Foram impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

Parecer do Ministério Público pelo não conhecimento do agravo em recurso especial (e-STJ fls. 681-685).

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

Ato contínuo, verifico que a irresignação não merece prosperar.

A recorrente, em suas razões recursais, alega que "*Especialmente acerca da questão relativa ao julgamento antecipado do feito, que matéria de crucial importância deixou de ser valorada pelo V. acórdão, qual seja, o fato de que a questão de mérito versada nos autos não é exclusivamente de direito, pois é indispensável que se realize as provas pretendidas, inclusive diante dos elementos apresentados em defesa, eis que há a necessidade de comprovar que os bens que se reclamava na sobrepartilha são outros que não os expressamente excluídos*" (e-STJ, fl. 524).

Com efeito, em relação às alegações de que o Tribunal *a quo* não se pronunciou quanto ao cerceamento de defesa, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir obscuridade ou omissão no acórdão embargado.

Constata-se da leitura do acórdão que o Tribunal de origem, ao apreciar o recurso interposto pelo apelante, manifesta-se de forma integral e com fundamentação suficiente a controvérsia.

A controvérsia restou decidida nos seguintes termos, *in verbis*:

Superior Tribunal de Justiça

"Em primeiro lugar, a preliminar de cerceamento de defesa não prospera, uma vez que segundo a sistemática processual, o destinatário da prova é o magistrado, cujo convencimento deve ser formado através dos elementos de convicção produzidos nos autos.

Portanto, se as provas requeridas pelas partes se mostram desnecessárias para o deslinde da questão posta em juízo, por já existirem nos autos elementos suficientes para firmar o convencimento do julgador, não há que se falar em cerceamento de defesa diante do indeferimento de determinada prova. Mesmo porque, nos termos do artigo 370 do Código de Processo Civil/2015, o juiz tem o poder/dever de indeferir as "diligências inúteis ou meramente protelatórias".

Na espécie dos autos, o deslinde da questão posta em juízo, pelas suas próprias peculiaridades e pelas razões a seguir expostas, prescindia da coleta de outras provas" (grifo nosso) (e-STJ, fls. 487/488).

No acórdão dos aclaratórios observa-se que o Tribunal de origem fundamentou sua decisão na premissa de que os embargos apresentados não demonstram a obscuridade e a contradição do acórdão embargado, uma vez que a decisão recorrida apreciou todas as questões relevantes ao esclarecimento do caso.

Verifica-se que o Tribunal se posicionou da seguinte forma:

"Analisando-se as razões constantes nos embargos de declaração, em cotejo com aquilo que restou decidido no acórdão ora embargado, observa-se que a embargante não demonstra a existência de qualquer vício no julgado capaz de ensejar a interposição do presente recurso, de estreitos contornos processuais, mas almeja, em verdade, a modificação da decisão em seu favor.

Com efeito, não há que se falar em omissão, tendo em vista que o acórdão proferido expressamente consignou que o deslinde da demanda prescindia da coleta de outras provas e que a via eleita pela embargante é inadequada para sua pretensão, entendendo, ainda, a viabilidade do pedido reconvencional.

Cumpre ainda observar que o artigo 1.022 do atual Código de Processo Civil é expresse ao dispor que os embargos declaratórios somente têm cabimento diante da existência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão judicial, não constituindo recurso idôneo para a obtenção de um novo julgamento sobre a matéria" (e-STJ,

Superior Tribunal de Justiça

511/512).

Destarte, constata-se que o Tribunal de origem, ao apreciar o recurso interposto, demonstrou de forma clara que a controvérsia foi examinada, ainda que em sentido contrário ao pretendido pelo recorrente. Assim sendo, a questão fora apreciada, não havendo de se falar em negativa de prestação jurisdicional.

Com relação a alegação de julgamento fora do pedido, a recorrente afirma: *"Como o acórdão decidiu que "somente após ter o reconhecimento de eventual vício de consentimento é que poderá a autora pleitear a sobrepartilha" verifica-se que houve julgamento fora do pedido, pois em momento algum da inicial ou do processo como um todo a recorrente sequer sugeriu a ocorrência de vício de consentimento ou que pretendesse sobrepartilhar bens adquiridos pelo ex-marido dela anteriormente ao matrimônio ou por ele havidos mediante doação dos ascendentes"* (e-STJ, fl.531).

Ademais, afirma que o Tribunal aumentou a abrangência da referida cláusula acordada anteriormente pelas partes (e-STJ, fl. 532) e que *"se as partes nada disseram a respeito dos bens agora reclamados (exatamente por isso sonegados) no acordo celebrado por ocasião da separação judicial não se pode dizer que a coisa julgada lá formada impeça o exame da questão agora trazida pela recorrente ao exame do Judiciário"* (e-STJ, fl. 535).

Dessa forma, no tocante as alegações acima aludidas, o Tribunal *a quo*, após exame do conjunto fático-probatório acostado aos autos, ratificou a sentença de origem e assentou que:

"No mérito, conforme verifica-se dos autos, a apelante moveu a presente ação de sobrepartilha em face de seu ex-marido, alegando que, na ação de separação das partes, foram sonegados bens.

O juízo a quo julgou extinto o processo, reconhecendo a existência da coisa julgada, razão da insurgência da apelante. Com efeito, não obstante a irresignação da autora, a sentença merece ser mantida.

Isto porque, de acordo com os documentos de fls. 174/195 no acordo celebrado entre as partes na separação do casal

Superior Tribunal de Justiça

constou expressamente que “outros bens em nome do Requerente-Varão são reconhecidamente excluídos da comunhão parcial, e deixam de constar desta inicial, com expressa anuência da Requerente, posto que adquiridos pelo Requerente-Varão, quer por compra feita anteriormente à celebração do casamento, quer por doação por parte dos ascendentes do Requerente-Varão em seu favor” (fls. 177).

Desta maneira, verifica-se que a cláusula descrita é clara ao estabelecer que outros bens que não aqueles constantes do acordo em nome do varão estavam excluídos da divisão, razão pela qual qualquer controvérsia acerca de eventuais bens sonegados, envolve ampla discussão, com dilação probatória extensa. E, somente após ter o reconhecimento de eventual vício de consentimento é que poderá a autora pleitear a sobrepartilha. (...)

Assim sendo, a via eleita pela apelante é inadequada para sua pretensão, pois uma vez que a cláusula não estabeleceu quais seriam os bens que estavam excluídos da comunhão somente com sua anulação será possível o reconhecimento da pretensão da apelante” (e-STJ, 488/490).

Assim, para acolher as alegações da recorrente e afastar as premissas assentadas pelo Tribunal de origem sobre a possibilidade de haverem bens sonegados no acordo de separação, demandaria o revolvimento do conjunto contratual e fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor das Súmulas 5 e 7/STJ.

Assim se pronunciou o Ministério Público, *in verbis*:

Assim, impossível verificar, por via do recurso especial inadmitido, o acerto ou não das conclusões a que chegou o Tribunal a quo , após detida análise do acervo fático-probatório, ante o óbice do verbete nº 07 da súmula de jurisprudência desse Superior Tribunal de Justiça. Isso porque não é possível reconhecer se tais bens foram sonegados ou não, bem como é inviável rever a validade da cláusula de acordo firmado entre as partes, ante o óbice da Súmula 5/STJ (e-STJ, fl. 684).

Nesse mesmo sentido:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 128, 460 E 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. SOBREPARTILHA. PRÉVIO CONHECIMENTO DA EX-ESPOSA. SÚMULA 7. SONEGAÇÃO DE COTAS E AÇÕES

Superior Tribunal de Justiça

DE SOCIEDADE ANÔNIMA. INOCORRÊNCIA.

- 1. Não se verifica a alegada violação do art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem se pronunciou de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, nos limites do seu convencimento motivado. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.*
- 2. Não se verifica também a suposta contrariedade aos artigos 128 e 460 do Código de Processo Civil, porquanto a Corte local apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas. O teor do acórdão recorrido resulta de exercício lógico, ficando mantida a pertinência entre os fundamentos e a conclusão.*
- 3. A instância ordinária asseverou que as cotas e ações discutidas foram recebidas pelo réu por herança de seu falecido pai. E a autora-recorrente outorgou, em julho de 1997, poderes para ser representada por advogado próprio no inventário do seu ex-sogro H.A.M., em que justamente foram transmitidas as cotas e ações para o réu, vindo a partilha a ser homologada em 1999, antes da separação do casal. Destacou o Tribunal de Justiça de origem, ainda, que há no processo uma Cédula de Crédito Industrial, datada de 1994, em que a autora, juntamente com seu marido à época, assinou como avalista de um empréstimo feito pela empresa ITM - Indústria Têxteis M. Milagre S.A., cujas cotas e ações pretende agora a sobrepartilha. Rever os fundamentos que ensejaram esse entendimento exigiria reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, ante o teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.*
- 4. A sobrepartilha é instituto utilizado em casos de desconhecimento de uma das partes a respeito de determinado bem, no momento da partilha, seja ou não por ocultação maliciosa ou, ainda, se situados em lugar remoto da sede do juízo. Embora os bens sonegados não se confundam com os descobertos após a partilha, ambos pressupõem o desconhecimento de sua existência por umas das partes. Nessa linha, é bem de ver que não é todo e qualquer bem que não foi partilhado que pode ser considerado sonegado.*
- 5. São considerados sonegados os bens que, embora deveriam ser partilhados, não o foram, em razão de ocultação daquele que estava em sua administração. Isto é, a sobrepartilha de bens sonegados encontra fundamento no desconhecimento ou ocultação sobre determinado bem por uma das partes. No caso em exame, como assinalado, tal não ficou caracterizado, de*

Superior Tribunal de Justiça

acordo com o que entendeu o Tribunal de origem, não servindo o instituto a corrigir arrependimentos quanto à divisão já realizada. (...)

(REsp 1204253/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 15/08/2014).

Quanto ao dissídio jurisprudencial, inviável se mostra o seu conhecimento, uma vez que o óbice das Súmulas 5 e 7 deste Superior Tribunal de Justiça obsta a admissão do Recurso Especial tanto pela alínea "a" quanto pela "c" do permissivo constitucional.

Destarte, não merece prosperar o reclamo.

Por derradeiro, tendo em vista a aplicação de verba honorária em seu percentual máximo pelo Juízo, tem-se como inaplicável a regra do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e negar-lhe provimento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator